

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# **EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.**

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações contábeis societárias*

A Empresa de Transmissão de EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de março de 2021.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas  
CRC 1SP214160/O-5

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.921	27.275
Investimentos Temporários	4	-	14.659
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5	16.575	11.490
Serviços em Curso		9.796	10.863
Tributos Compensáveis		109	1.735
Dividendos a receber		14.051	3.233
Outros Ativos Circulantes		1.182	1.958
Ativo Não Circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5	4.329	4.467
Depósitos Judiciais e Cauções		320	320
Outros Ativos Não Circulantes		859	902
Participações Societárias Permanentes	1	365.025	367.003
Imobilizado	6.1	350.312	370.329
Intangível	6.2	12.619	13.449
Total do Ativo		<b>796.098</b>	<b>827.683</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores		3.101	3.293
Debêntures	7.2	90.168	68.651
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.890	1.661
Tributos		17.264	12.246
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		219.121	65.199
Encargos Setoriais		12.934	12.821
Provisão para compensação ambiental	9	1.233	1.000
Outros Passivos Circulantes		2.871	1.377
Passivo Não Circulante			
Debêntures	7.2	308.785	396.391
Provisão para Litígios	8	1.376	1.349
Provisão para compensação ambiental	9	6.737	6.525
Total do Passivo		<b>665.480</b>	<b>570.513</b>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.1	636.915	605.025
Reservas de Lucros	10.2	400.001	168.834
(Prejuízos) Acumulados		(1.027.177)	(736.905)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	10.2	120.879	220.216
Total do Patrimônio Líquido		<b>130.618</b>	<b>257.170</b>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<b>796.098</b>	<b>827.683</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		252.938	235.203
(-) Parcela Variável		(851)	(593)
Tributos			
PIS-PASEP		(1.723)	(1.600)
COFINS		(7.949)	(7.382)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.325)	(2.164)
Reserva Global de Reversão - RGR		(6.554)	(6.100)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(1.008)	(938)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	<b>232.528</b>	<b>216.426</b>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<b>232.528</b>	<b>216.426</b>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(9.706)	(8.610)
Material		(548)	18
Serviços de Terceiros		(9.961)	(10.484)
Arrendamento e Aluguéis		(539)	(485)
Seguros		(118)	(124)
Doações, Contribuições e Subvenções		(997)	(1.617)
Provisões		(28)	(1.173)
Tributos		204	(535)
Depreciação e Amortização		(26.246)	(26.705)
Resultado da Atividade		<b>184.589</b>	<b>166.711</b>
Equivalência Patrimonial		58.463	56.721
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(15.739)	(30.334)
Receitas Financeiras		1.141	7.416
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<b>228.454</b>	<b>200.514</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(15.669)	(10.382)
Lucro Líquido do Exercício		<b>212.785</b>	<b>190.132</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do Exercício	212.785	190.132
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u><b>212.785</b></u>	<u><b>190.132</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	(Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>581.931</b>	<b>116.386</b>	<b>23.094</b>	<b>180.989</b>	<b>97.544</b>	<b>(595.163)</b>	<b>404.781</b>
Aumento de Capital Social	23.094	-	(23.094)	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-	(97.544)	-	(97.544)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	190.132	190.132
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	4.619	-	-	-	(4.619)	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	31.890	-	-	(31.890)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(8.206)	(8.206)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(65.200)	(65.200)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	220.216	(220.216)	-
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	-	(166.793)	-	-	(166.793)
Reserva para investimentos	-	-	-	1.743	-	(1.743)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>605.025</b>	<b>121.005</b>	<b>31.890</b>	<b>15.939</b>	<b>220.216</b>	<b>(736.905)</b>	<b>257.170</b>
Aumento de Capital Social	31.890	-	(31.890)	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-	(220.216)	-	(220.216)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	212.785	212.785
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	6.378	-	-	-	(6.378)	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	36.133	-	-	(36.133)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(119.121)	(119.121)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	120.879	(120.879)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	220.546	-	(220.546)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>636.915</b>	<b>127.383</b>	<b>36.133</b>	<b>236.485</b>	<b>120.879</b>	<b>(1.027.177)</b>	<b>130.618</b>

(\*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 14.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do Exercício	212.785	190.132
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	1.889	2.181
Depreciação	24.357	24.524
Equivalência Patrimonial	(58.463)	(56.721)
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.669	10.382
Juros e Variações Monetárias	14.907	29.098
Provisão para Litígios	27	1.173
Outros	(230)	93
	<b>210.941</b>	<b>200.862</b>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e permissionárias	(2.076)	82
Tributos Compensáveis	3.081	(5.905)
Outros	1.881	(1.409)
	<b>2.886</b>	<b>(7.232)</b>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	113	(745)
Fornecedores	(190)	(849)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	229	(607)
Tributos	(489)	1.147
Outros	(2.575)	(5.397)
	<b>(2.912)</b>	<b>(6.451)</b>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos	(17.475)	(22.205)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.617)	(17.411)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>181.823</b>	<b>147.563</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte de capital em controladas	-	(13.790)
Imobilizado	(4.340)	(3.026)
Intangível	(54)	(632)
Resgate de investimentos temporários	38.447	-
Aplicações de investimentos temporários	(23.560)	(14.659)
Recebimento de dividendos	48.622	53.273
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<b>59.115</b>	<b>21.166</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures captadas	-	269.257
Pagamento principal de debêntures	(61.877)	(218.075)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(185.415)	(272.544)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<b>(247.292)</b>	<b>(221.362)</b>
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa	<b>(6.354)</b>	<b>(52.633)</b>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	<b>27.275</b>	<b>79.908</b>
No fim do exercício	<b>20.921</b>	<b>27.275</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EATE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
EATE	-	042/2001	30	2031	258.185	IGPM	mar/03	Sim
<b>Investimentos</b>								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	31.841	IGPM	out/07	Sim
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	48.133	IPCA	nov/07	Sim
EBTE (**)	51%	011/2008	30	2038	48.889	IPCA	jun/11	Não
ESTE (***)	100%	019/2017	30	2047	114.371	IPCA	fev/22	Não

(\*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 de 14/07/2020.

(\*\*) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 50.015 para STC e R\$ 54.043 para EBTE.

(\*\*\*) O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$126.028. A entrada em operação comercial está prevista para 09 de fevereiro de 2022.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Setor Elétrico no Brasil - Continuação

Empresas	Investimento	Equivalência	Participação da Outorgada (em %)
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	144.202	11.134	51,00
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	87.271	19.963	61,55
Lumitrans - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica S.A.	54.893	16.862	80,00
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	24.142	-	100,00
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	28.217	3.761	18,08
Companhia Transudeste de Transmissão de Energia	6.668	2.008	10,00
Companhia Transleste de Transmissão de Energia	9.325	2.447	10,00
Companhia Transirapé de Transmissão de Energia	10.307	2.558	10,00
	<b>365.025</b>	<b>58.463</b>	

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **1. Setor Elétrico no Brasil - Continuação**

#### **1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia**

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 30 de abril de 2021.

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias - Continuação**

#### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor.



## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

#### 3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa e Investimentos temporários.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

#### 3.2. Imobilizado e Intangível

*Imobilizado em serviço:* Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação**

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

*Imobilizado em curso:* Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

*Intangível:* Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

*Ágio na aquisição de investimentos:* O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

#### **3.3. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

#### **3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **3.5. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

#### 3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

### 3.6. Tributação

#### 3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,60%.

#### 3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

##### *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

##### *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação**

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

#### **3.7. Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

##### **3.7.1. Receita anual permitida (RAP)**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

##### **3.7.2. Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

#### **3.8. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação**

#### **3.9. Taxas regulamentares**

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

Instituição / linha devedora	31/12/2020		31/12/2019	
	Principal Curto Prazo	Saldo total	Principal Curto Prazo	Saldo total
Caixa e Aplicações Financeiras	20.921	20.921	41.934	41.934
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.921	20.921	27.275	27.275
Investimentos Temporários	-	-	14.659	14.659

### 5. Concessionárias e permissionárias

#### 5.1. Composição das contas a receber

Descrição	Valores correntes						Total 2020	Total 2019
	Corrente a vencer	Corrente vencida				Mais de 360 dias		
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	16.575	36	40	132	4.121	20.904	15.957	
<b>Total</b>	<b>16.575</b>	<b>36</b>	<b>40</b>	<b>132</b>	<b>4.121</b>	<b>20.904</b>	<b>15.957</b>	
						<b>Circulante</b>	<b>11.490</b>	
						<b>Não Circulante</b>	<b>4.467</b>	

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Imobilizado e Intangível

#### 6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Transmissão</b>	<b>728.092</b>	-	-	-	<b>728.092</b>	-	<b>(404.813)</b>	<b>323.279</b>	<b>347.589</b>
Terrenos	13	-	-	-	13	-	-	13	13
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.755	-	-	-	5.755	-	(2.284)	3.471	3.601
Máquinas e Equipamentos	720.010	-	-	-	720.010	-	(400.363)	319.647	343.599
Veículos	2.269	-	-	-	2.269	-	(2.138)	131	356
Móveis e Utensílios	45	-	-	-	45	-	(28)	17	20
<b>Administração</b>	<b>1.089</b>	-	-	-	<b>1.089</b>	-	<b>(832)</b>	<b>257</b>	<b>304</b>
Máquinas e Equipamentos	565	-	-	-	565	-	(460)	105	130
Veículos	524	-	-	-	524	-	(372)	152	174
<b>Subtotal</b>	<b>729.181</b>	-	-	-	<b>729.181</b>	-	<b>(405.645)</b>	<b>323.536</b>	<b>347.893</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Imobilizado e Intangível--Continuação

#### 6.1. A composição do imobilizado é como segue--Continuação

Ativo Imobilizado em Curso -	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Transmissão</b>	<b>22.204</b>	<b>3.448</b>	-	-	-	<b>25.652</b>	<b>3.448</b>	-	<b>25.652</b>	<b>22.204</b>
Máquinas e Equipamentos	3.405	755	-	-	(2)	4.158	753	-	4.158	3.405
Outros	18.799	2.693	-	-	2	21.494	2.695	-	21.494	18.799
<b>Administração</b>	<b>232</b>	<b>892</b>	-	-	-	<b>1.124</b>	<b>892</b>	-	<b>1.124</b>	<b>232</b>
Máquinas e Equipamentos	61	892	-	-	-	953	892	-	953	61
Outros	171	-	-	-	-	171	-	-	171	171
<b>Subtotal</b>	<b>22.436</b>	<b>4.340</b>	-	-	-	<b>26.776</b>	<b>4.340</b>	-	<b>26.776</b>	<b>22.436</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>751.617</b>	<b>4.340</b>	-	-	-	<b>755.957</b>	<b>4.340</b>	<b>(405.645)</b>	<b>350.312</b>	<b>370.329</b>



## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Imobilizado e Intangível--Continuação

#### 6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Outros (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>2.909</b>	-	-	-	<b>2.909</b>	-	<b>(1.629)</b>	<b>1.280</b>	<b>1.337</b>
Softwares	1.731	-	-	-	1.731	-	(1.629)	102	159
Outros	1.178	-	-	-	1.178	-	-	1.178	1.178
<b>Administração</b>	<b>21.607</b>	-	-	-	<b>21.607</b>	-	<b>(11.461)</b>	<b>10.146</b>	<b>10.975</b>
Softwares	2.189	-	-	-	2.189	-	(2.053)	136	255
Investimentos	18.708	-	-	-	18.708	-	(8.700)	10.008	10.718
Outros	710	-	-	-	710	-	(708)	2	2
<b>Subtotal</b>	<b>24.516</b>	-	-	-	<b>24.516</b>	-	<b>(13.090)</b>	<b>11.426</b>	<b>12.312</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>791</b>	<b>26</b>	-	-	<b>817</b>	<b>26</b>	-	<b>817</b>	<b>791</b>
Servidões	500	-	-	-	500	-	-	500	500
Softwares	266	26	-	-	292	26	-	292	266
Outros	25	-	-	-	25	-	-	25	25
<b>Administração</b>	<b>345</b>	<b>31</b>	-	-	<b>376</b>	<b>31</b>	-	<b>376</b>	<b>346</b>
Softwares	53	31	-	-	84	31	-	84	54
Outros	292	-	-	-	292	-	-	292	292
<b>Subtotal</b>	<b>1.136</b>	<b>57</b>	-	-	<b>1.193</b>	<b>57</b>	-	<b>1.193</b>	<b>1.137</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>25.652</b>	<b>57</b>	-	-	<b>25.709</b>	<b>57</b>	<b>(13.090)</b>	<b>12.619</b>	<b>13.449</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Imobilizado e Intangível--Continuação

#### 6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	3,35%	728.092	(404.813)	<b>323.279</b>	347.589
Custo Histórico	3,35%	728.092	(404.813)	<b>323.279</b>	347.589
Administração	13,65%	1.089	(832)	<b>257</b>	304
Custo Histórico	13,65%	1.089	(832)	<b>257</b>	304
		<b>729.181</b>	<b>(405.645)</b>	<b>323.536</b>	<b>347.893</b>
<b>Em curso</b>					
Transmissão	-	25.652	-	<b>25.652</b>	22.204
Administração	-	1.124	-	<b>1.124</b>	232
		<b>26.776</b>	<b>-</b>	<b>26.776</b>	<b>22.436</b>
		<b>755.957</b>	<b>(405.645)</b>	<b>350.312</b>	<b>370.329</b>

#### 6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	1.647	-	<b>1.647</b>
Móveis e Utensílios	-	8	<b>8</b>
A Ratear	-	516	<b>516</b>
Material em Depósito	-	2.169	<b>2.169</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>1.647</b>	<b>2.693</b>	<b>4.340</b>

#### 6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **6. Imobilizado e Intangível—Continuação**

#### **6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes- Continuação:**

concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures

#### 7.1. Abertura do Endividamento

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE.

Instituição / linha credora	31/12/2020				Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total				
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE25	79	53.975	-	54.054	Sim	Set-16	Não há	116,00% do CDI
Debêntures 6ª emissão	6	15.215	11.439	26.660	Sim	Set-17	Não há	107,75% do CDI
Debêntures 7ª emissão	12	18.453	27.761	46.226	Sim	Jun-18	Não há	112,00% do CDI
Debêntures 8ª emissão	2.570	(142)	269.585	272.013	Sim	Jul-19	Não há	108,60% do CDI
<b>Total por Dívida</b>	<b>2.667</b>	<b>87.501</b>	<b>308.785</b>	<b>398.953</b>				

Instituição / linha credora	Data	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
							2022	2023	2024	Total
Debêntures 5ª emissão Contrato	06/01/2021	Mensal	06/01/2021	06/09/2021	Mensal	SAC	-	-	-	-
Debêntures 6ª emissão	26/01/2021	Mensal	26/01/2021	26/09/2022	Mensal	SAC	11.439	-	-	11.439
Debêntures 7ª emissão	26/01/2021	Mensal	26/01/2021	26/06/2023	Mensal	SAC	18.508	9.253	-	27.761
Debêntures 8ª emissão	18/01/2021	Semestral	18/01/2021	17/07/2024	Semestral	SAC	104.355	104.356	60.874	269.585
<b>Total por Dívida</b>							<b>134.302</b>	<b>113.609</b>	<b>60.874</b>	<b>308.785</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures--Continuação

#### 7.1. Abertura do Endividamento--Continuação

31/12/2019								
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 4ª emissão	204	28.057	-	28.261	Sim	ago-14	Não há	109,75% do CDI
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE25	176	(16)	53.989	54.149	Sim	set-16	Não há	116,00% do CDI
Debêntures 6ª emissão	23	15.201	26.677	41.901	Sim	set-17	Não há	107,75% do CDI
Debêntures 7ª emissão	37	18.432	46.244	64.713	Sim	jun-18	Não há	112,00% do CDI
Debêntures 8ª emissão	6.684	(147)	269.481	276.018	Sim	jul-19	Não há	108,60% do CDI
<b>Total por Dívida</b>	<b>7.124</b>	<b>61.527</b>	<b>396.391</b>	<b>465.042</b>				

31/12/2019												
Instituição / linha credora	Taxa a.a	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Longo Prazo				Total
								2021	2022	2023	após 2023	
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 4ª emissão	109,75% do CDI	07/02/20	Trimestral	07/02/21	07/08/20	Trimestral	SAC	-	-	-	-	-
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE25	116,00% do CDI	06/01/20	Mensal	06/01/20	06/09/21	Mensal	SAC	53.989	-	-	-	53.989
Debêntures 6ª emissão	107,75% do CDI	26/01/20	Mensal	26/01/20	26/09/22	Mensal	SAC	15.244	11.433	-	-	26.677
Debêntures 7ª emissão	112,00% do CDI	26/01/20	Mensal	26/01/20	26/06/23	Mensal	SAC	18.498	18.498	9.248	-	46.244
Debêntures 8ª emissão	108,60% do CDI	17/01/20	Semestral	17/01/20	17/07/24	Bullet	SAC	(145)	(145)	(145)	269.916	269.481
<b>Total por Dívida</b>								<b>87.586</b>	<b>29.786</b>	<b>9.103</b>	<b>269.916</b>	<b>396.391</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures--Continuação

#### 7.1. Abertura do Endividamento--Continuação

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

<u>Limite da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2020 (*)</u>	<u>EATE</u>
Debêntures 1ª emissão	N/A
Debêntures 5ª emissão	1.340.512
Debêntures 6ª emissão	1.484.421
Debêntures 7ª emissão	1.415.791
Debêntures 8ª emissão	1.415.590

(\*) A Administração da EATE mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2020, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

<u>Instituição / linha devedora</u>	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Saldo Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Saldo Total</u>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>20.921</b>	<b>20.921</b>	41.934	41.934
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.921	20.921	27.275	27.275
Investimentos temporários	-	-	14.659	14.659

#### 7.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

<u>Resumo</u>	<u>Juros de Curto Prazo</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal LP</u>	<u>Total 2020</u>	<u>Total 2019</u>
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>2.667</b>	<b>87.501</b>	<b>308.785</b>	<b>398.953</b>	465.042
Debêntures. Moeda Nacional	2.667	87.501	308.785	398.953	465.042
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(20.921)</b>	<b>-</b>	<b>(20.921)</b>	(41.934)
Alta Liquidez	-	(20.921)	-	(20.921)	(27.275)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	(14.659)
<b>(+) Dívida Líquida</b>	<b>2.667</b>	<b>66.580</b>	<b>308.785</b>	<b>378.031</b>	423.108

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 8. Provisões para litígios

	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>176</b>	<b>176</b>
Constituição	1.173	1.173
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>1.349</b>	<b>1.349</b>
Constituição	27	27
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>1.376</b>	<b>1.376</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.376</b>	<b>1.376</b>

O montante de R\$1.376 refere-se a três causas trabalhistas (R\$1.349 referente a três causas trabalhistas em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como “possível” em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	<b>Quantidade de processos</b>	<b>Valor</b>
Tributário	2	4.263
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2</b>	<b>4.263</b>
Tributário	<b>3</b>	<b>4.406</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3</b>	<b>4.406</b>

### 9. Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, a EATE é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. Em 31 de dezembro de 2020, a EATE possui o saldo no valor de R\$7.970 (R\$7.525 em 31 de dezembro de 2019), e aguarda a indicação do seu destino por parte do órgão público ambiental.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 10. Patrimônio líquido

#### 10.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$636.915 (R\$605.025 em 31 de dezembro de 2019), representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Número de ações em milhares			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	46.020	44.012	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.980	43.988	49,98%	49,98%
	<b>92.000</b>	<b>88.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### 10.2. Reservas de lucros

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva legal	127.383	121.005
Reserva especial para incentivos fiscais	36.133	31.890
Reserva de retenção de lucros	236.485	15.939
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	120.879	220.216
	<b>520.880</b>	<b>389.050</b>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.

Reserva de incentivo fiscal: em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a EATE constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$36.133 (R\$31.890 em 2019).

Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.



## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 11. Receita operacional bruta e líquida

<b>Receita Líquida</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	252.938	235.203
(-) Parcela Variável	(851)	(593)
Programa de Integração Social - PIS	(1.723)	(1.600)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(7.949)	(7.382)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.325)	(2.164)
Reserva Global de Reversão - RGR	(6.554)	(6.100)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.008)	(938)
<b>Total</b>	<b>232.528</b>	<b>216.426</b>

#### 11.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória n. 2.725, de 14 de julho de 2020, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 6,50%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2020 (com data-base em 2019) e a próxima será em 1 de julho de 2024.

### 12. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Pessoal</b>	<b>7.530</b>	<b>6.228</b>
Remuneração	3.738	3.090
Encargos	1.377	1.282
Previdência privada	116	128
Assistência médica	881	527
Despesas rescisórias	-	55
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.051	692
Outros	367	454
<b>Administradores</b>	<b>2.176</b>	<b>2.382</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.258	1.302
Benefícios dos administradores	918	1.080
<b>Total</b>	<b>9.706</b>	<b>8.610</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	228.454	200.514
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	<b>77.674</b>	<b>68.175</b>
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(19.877)	(19.792)
Incentivos fiscais	(36.133)	(31.890)
Despesas e Provisões Indedutíveis	608	(6.108)
Depreciação	8.356	8.337
Receitas Regulatórias	(9.640)	(43.952)
Materiais	(1.181)	(6)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(3.225)	38.565
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(685)	(1.465)
Outros	(228)	(25)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.457)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><b>15.669</b></u>	<u><b>10.382</b></u>
Taxa efetiva	<b>6,86%</b>	<b>5,18%</b>

### 14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Durante o exercício corrente, a administração procedeu a reclassificação dos montantes de adiantamentos de clientes que estavam registrados na rubrica de outros passivos para a rubrica de concessionárias e permissionárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado,Regulatório e Societário-- Continuação

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.921	-	20.921	27.275	-	27.275
Investimentos temporários (*)	-	-	-	14.659	-	14.659
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	16.575	-	16.575	11.490	-	11.490
Serviços em Curso	9.796	-	9.796	10.863	-	10.863
Ativo contratual da concessão	-	211.823	211.823	-	184.055	184.055
Tributos Compensáveis	109	-	109	1.735	-	1.735
Dividendos a receber	14.051	-	14.051	3.233	-	3.233
Outros Ativos Circulantes	1.182	-	1.182	1.958	-	1.958
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	4.329	-	4.329	4.467	-	4.467
Depósitos Judiciais e Cauções	320	-	320	320	-	320
Ativo contratual da concessão	-	1.359.917	1.359.917	-	1.161.883	1.161.883
Outros Ativos Não Circulantes	859	-	859	902	-	902
Participações Societárias Permanentes (*)	365.025	271.284	636.309	367.003	112.092	479.095
Imobilizado	350.312	(348.285)	2.027	370.329	(368.886)	1.443
Intangível	12.619	(2.097)	10.522	13.449	(2.128)	11.321
						-
<b>Total do Ativo</b>	<b>796.098</b>	<b>1.492.642</b>	<b>2.288.740</b>	<b>827.683</b>	<b>1.087.016</b>	<b>1.914.699</b>

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário-- Continuação

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	3.101	-	3.101	3.293	-	3.293
Debêntures e arrendamento mercantil	90.168	287	90.455	68.651	297	68.948
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.890	-	1.890	1.661	-	1.661
Tributos	17.264	-	17.264	12.246	-	12.246
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio (*)	219.121	-	219.121	65.199	-	65.199
Encargos Setoriais	12.934	-	12.934	12.821	-	12.821
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	14.552	14.552	-	12.601	12.601
Provisão para compensação ambiental	1.233	-	1.233	1.000	-	1.000
Outros Passivos Circulantes	2.871	(1)	2.870	1.377	-	1.377
Passivo Não Circulante						
Debêntures e arrendamento mercantil	308.785	480	309.265	396.391	645	397.036
Provisão para Litígios (*)	1.376	-	1.376	1.349	-	1.349
Provisão para compensação ambiental	6.737	-	6.737	6.525	-	6.525
Tributos Diferidos	-	356.415	356.415	-	256.706	256.706
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	93.732	93.732	-	79.862	79.862
<b>Total do Passivo</b>	<b>665.480</b>	<b>465.465</b>	<b>1.130.945</b>	<b>570.513</b>	<b>350.111</b>	<b>920.624</b>
Patrimônio Líquido						
Capital Social	636.915	-	636.915	605.025	-	605.025
Reservas de Lucros (Prejuízos) Acumulados	400.001	-	400.001	168.834	-	168.834
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	(1.027.177)	1.027.177	-	(736.905)	736.905	-
	120.879	-	120.879	220.216	-	220.216
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>130.618</b>	<b>1.027.177</b>	<b>1.157.795</b>	<b>257.170</b>	<b>736.905</b>	<b>994.075</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>796.098</b>	<b>1.492.642</b>	<b>2.288.740</b>	<b>827.683</b>	<b>1.087.016</b>	<b>1.914.699</b>

(\*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimento de curto prazo, Investimentos, Dividendos a pagar e Provisão para contingências, respectivamente.

## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário-- Continuação

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	252.938	(252.938)	-	235.203	(235.203)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	130.653	130.653	-	96.390	96.390
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	100.342	100.342	-	140.023	140.023
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	247.746	247.746	-	137.111	137.111
(-) Parcela Variável	(851)	-	(851)	(593)	-	(593)
Tributos						
PIS-PASEP	(1.723)	(1.611)	(3.334)	(1.600)	(964)	(2.564)
COFINS	(7.949)	(7.436)	(15.385)	(7.382)	(4.449)	(11.831)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.325)	-	(2.325)	(2.164)	-	(2.164)
Reserva Global de Reversão – RGR	(6.554)	(5.871)	(12.425)	(6.100)	(3.596)	(9.696)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.008)	(904)	(1.912)	(938)	(554)	(1.492)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	<b>232.528</b>	<b>209.981</b>	<b>442.509</b>	<b>216.426</b>	<b>128.758</b>	<b>345.184</b>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	<b>232.528</b>	<b>209.981</b>	<b>442.509</b>	<b>216.426</b>	<b>128.758</b>	<b>345.184</b>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(9.706)	-	(9.706)	(8.610)	-	(8.610)
Material	(548)	(3.473)	(4.021)	18	(9.249)	(9.231)
Serviços de Terceiros	(9.961)	-	(9.961)	(10.484)	-	(10.484)
Arrendamento e Aluguéis	(539)	328	(211)	(485)	259	(226)
Seguros	(118)	-	(118)	(124)	-	(124)
Doações, Contribuições e Subvenções	(997)	-	(997)	(1.617)	-	(1.617)
Provisões	(28)	-	(28)	(1.173)	-	(1.173)
Tributos	204	-	204	(535)	-	(535)
Depreciação e Amortização	(26.246)	24.576	(1.670)	(26.705)	24.786	(1.919)
Resultado da Atividade	<b>184.589</b>	<b>231.412</b>	<b>416.001</b>	<b>166.711</b>	<b>144.554</b>	<b>311.265</b>
Equivalência Patrimonial	58.463	158.717	217.180	56.721	39.064	95.785
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(15.739)	(159)	(15.898)	(30.334)	(86)	(30.420)
Receitas Financeiras	1.141	11	1.152	7.416	-	7.416
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	<b>228.454</b>	<b>389.981</b>	<b>618.435</b>	<b>200.514</b>	<b>183.532</b>	<b>384.046</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(15.669)	(99.709)	(115.378)	(10.382)	(41.790)	(52.172)
Lucro Líquido do Exercício	<b>212.785</b>	<b>290.272</b>	<b>503.057</b>	190.132	141.742	331.874

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário--Continuação**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

#### **15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### **Adoção do Ofício circular CVM 04/2020**

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisitou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior. Em decorrência da relevância dos ajustes identificados sobre os saldos de exercícios anteriores, a Companhia reapresentou os valores correspondentes, conforme divulgado na nota 3.12 das demonstrações contábeis societárias.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário--Continuação**

#### **15.1.1. Concessionárias e permissionárias**

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente . De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### **15.1.2. Ativo contratual**

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 9,18% a.a. a de 11,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

## **Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário--Continuação**

#### **15.1.2. Ativo contratual**

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

#### **15.1.3. Custo de Infraestrutura**

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

#### **15.1.4. Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.



## Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, Regulatório e Societário--Continuação

#### 15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	1.157.795	994.075
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(1.491.997)	(1.087.015)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	121	941
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	464.699	349.169
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>130.618</u>	<u>257.170</u>

#### 15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	503.057	331.874
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(389.324)	(183.359)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(657)	(173)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	99.709	41.790
Lucro líquido regulatório	<u>212.785</u>	<u>190.132</u>